

## **Adoecimento mental de docentes: o custo psíquico da feminização do trabalho no magistério da educação básica no Brasil**

Marcia Neves<sup>1</sup>  
Samia Moda Cirino<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva verificar as interações entre gênero, magistério e adoecimento mental. De modo específico, o artigo objetiva expor por meio da análise histórica e de indicadores sociais a feminização do trabalho no magistério da educação básica no Brasil e desvelar a divisão sexual do trabalho que sustenta a hierarquização e precarização nessa atividade ocupacional. Ainda, analisa-se de que modo a opressão e exploração das mulheres nas suas atividades produtivas e reprodutivas, especialmente ocupações laborais feminilizadas como o magistério na educação básica, indicam maiores fatores de risco para o adoecimento mental. Trata-se de pesquisa que se utilizou de instrumentos qualitativos, exploratórios e bibliográficos. A abordagem das interações das categorias de análise requer uma perspectiva feminista, uma vez que essa teoria assume uma postura crítica acerca das relações de gênero. Sob esse prisma, o gênero é adotado como categoria de descrição e análise das interações sociais, as quais estão fundamentadas na diferença sexual que, por sua vez, é significada pelas relações de poder no nosso contexto sócio-histórico dando ensejo à divisão sexual do trabalho. O conjunto das análises permite afirmar que a predominância de mulheres no magistério da educação básica acaba por representar uma extensão do papel tradicional de gênero vinculado às mulheres profissionais de educação.

**Palavras-chaves:** divisão sexual do trabalho; magistério; saúde mental.

### **Introdução**

A análise dos relatórios que cuidam da questão de gênero no trabalho evidencia que as mulheres são o maior contingente de trabalhadores em empregos instáveis e mal remunerados, principalmente por estarem concentradas em atividades socialmente menos valorizadas, consideradas tipicamente femininas, associada a tarefas de cuidado e de reprodução, como as áreas de educação e da saúde. Especificamente quanto ao trabalho no magistério, o relatório elaborado a partir dos dados do Censo da educação básica de 2007<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Direito da Faculdades Londrina; Graduada em Pedagogia (UNIFIL) e Especialista em Educação (UNOPAR); Professora/Coordenadora na Rede Municipal de Ensino; marcia.nb@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professora pesquisadora do Grupo *Liberdades em Disputa* (UEL) e Professora do curso de Graduação em Direito da Faculdades Londrina; samoci26@gmail.com

<sup>3</sup> Relatório disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

evidencia que nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental o maior contingente de docentes é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente).

A análise dos dados empíricos em conjunto ao entendimento da historicidade da inserção das mulheres em profissões ligadas a funções consideradas femininas e socialmente desvalorizadas permite desvelar como as estruturas de poder, ao significar as relações sociais a partir do sexo e do gênero, reificam a divisão sexual do trabalho, a exemplo do trabalho no magistério da educação básica. Essa estrutura assentada na divisão sexual do trabalho aponta para os desafios impostos pela articulação entre o sexo e o gênero na atividade docente e indica diferentes significados das identidades docentes e das relações escolares, geralmente, associando-se à imagem de mãe, de cuidadora e do trabalho como expressão do amor maternal.

Nesses termos, o presente trabalho analisa o processo de inserção massiva de mulheres no magistério da educação básica no Brasil a fim de averiguar o contexto sócio-histórico que culminou na feminização e precarização da docência. Essa análise, ainda, permite expor que esse processo decorreu de uma estratégia articulada para atender a demanda da educação pública a um custo baixo e, ao mesmo tempo, garantir a reprodução dos padrões sociais androcêntricos relativos ao papel da mulher na sociedade.

A fim de averiguar a real extensão desse processo, a análise perquire acerca das consequências dessa lógica androcêntrica na saúde de docentes, especificamente a saúde mental. Objetiva-se estabelecer uma relação entre a feminização da atividade docente no ensino básico, fundamentada na divisão sexual do trabalho, e o sofrimento patológico do real do trabalho.

Dessa forma, mais que denunciar a feminização de atividades como ocorre no magistério da educação básica, é necessário abordar a lógica que sustenta essa divisão e hierarquização, bem como avançar as análises para perquirir acerca de suas consequências na saúde mental de docentes. Considera-se que fatores importantes na exigência da atuação nessa profissão, muitas vezes acompanhados por restrições das políticas educacionais - com efeitos diretos nas atividades de professores, no modo de execução de suas atividades - possuem efeitos nefastos sobre a saúde de docentes, causando o adoecimento mental. Nesses termos, desvela-se como essa estrutura feminizada e precária no magistério da educação básica contribui para o sofrimento patológico expresso no grande contingente de docentes afastadas de suas ocupações em decorrência do adoecimento mental.

## 1 O processo histórico de feminização e precarização no magistério da educação básica

A feminização do magistério é um fenômeno que tem se manifestado na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX. No ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, no Brasil, Vianna (2001, p. 84) destaca que a docência feminina é estabelecida no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário.

De fato, com o desenvolvimento do capitalismo industrial Chamon (2006, p. 2) ressalta que é instituída a educação sob a tutela do Estado para a classe operária, visando a atender as novas exigências do mundo industrializado e à sua ideologia. Contudo, a polarização do processo educacional que se estabeleceu a partir de então é nitida, conforme descreve a aludida autora (CHAMON, 2006, p. 10): "aos privilegiados, uma formação mais geral e científica, visando o fortalecimento intelectual de uma elite projetada para a direção dos destinos da nação; ao povo, uma formação elementar disciplinadora, direcionada para o trabalho assalariado".

O processo de institucionalização da profissão docente intensifica-se no Brasil a partir das décadas de 1930 e 1940 com o surgimento das primeiras escolas normais. Portanto, a *Escola Normal* assumiu a função de preparar profissionais para atuarem na rede de escolas primárias públicas, uma vez que no Brasil, em decorrência de suas condições históricas e culturais, não havia um contingente feminino escolarizado o suficiente para atender a demanda crescente da educação prestada pelo Estado. Com isso, confirmou-se o entendimento culturalmente enraizado da existência de uma vocação natural da mulher para o magistério, o que aumentou e legitimou como profissão adequada para o seu gênero, uma vez que havia certa repetição do que lhes era imputado em suas casas.

Essa idealização da atividade docente fundamentada na vocação natural da mulher é bem retratada por Chamon (2006, p.22):

A personificação do ideal da professora da escola elementar foi se cristalizando ao longo de anos no imaginário social como um profissional da virtude, do amor, da dedicação e da vocação. A mistificação da ação educativa é uma das características mais fortes do ideário da professora. A dignidade do ofício, a nobreza de sua missão, a exaltação do zelo só comparável às causas religiosas e patrióticas, ainda hoje, materializam a ética do ideal de professora. Esta idealização, no entanto, não é um fenômeno singular da sociedade brasileira, mas algo que passou a integrar o imaginário social em diferentes contextos culturais, a partir de determinados momentos históricos. Este fato nos leva a supor que tal idealização não se deu de forma gratuita, mas que foi construída historicamente para cumprir funções políticas.

Nesses termos, a profissionalização da mulher no magistério público deu-se em meio ao entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. Logo, a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora.

A idealização profissional da professora do ensino básico, como uma profissional vocacionada para a missão de ensinar não foi ainda abandonada. A figura da mulher atuante na escola, mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso, ainda persiste. A visão da mulher que também é a mãe e professora como iluminadora do saber e da moral e esperançosa de uma escola que se diz transformadora, não tem grandes inovações no aspecto do gênero.

Assim, a docência passou a adquirir um caráter eminentemente feminino, tornando-se uma profissão expressivamente de mulheres. Exercer a função de professora exigia abnegação e dedicação, inclusive, secundarizando a importância do pagamento pelo seu trabalho. Os baixos salários pagos às mulheres no trabalho de docente decorrem do fato de serem considerados uma espécie de renda complementar e não principal da família. Soma-se a isso o fato de que o magistério público passava, cada vez mais, a ser uma profissão que atendia à população de baixa renda, desvalorizada socialmente.

A análise do contexto histórico de institucionalização da atividade docente do Brasil evidencia a desvalorização social da profissão decorrente da feminização e baixa remuneração. Conforme descrevem Dametto e Esquinsani (2015, p. 150):

Esta lógica é alimentada por um ascendente, histórico e palpável processo de desvalorização do magistério e do trabalho docente, sentido simbolicamente nas representações da docência e concretamente pela média de remuneração ofertada para professores. Para explicar tal desvalorização, há uma recorrência ao processo de 'feminização' do magistério.

Além disso, essa análise auxilia a compreender a insatisfação profissional traduzida numa indisposição constante face aos colegas, aos alunos e à escola, discurso de desculpabilização e ausência de uma reflexão crítica sobre sua ação profissional. Essa desvalorização também é acompanhada por um discurso de desconfiança em relação às competências e à qualidade do trabalho de professores.

Nesse cenário, a falta de condições da materialidade docente parece ser motivo de orgulho. Em outras palavras, ressaltam Dametto e Esquinsani (2015, p. 153), é como se não fossem necessários salários dignos, condições físicas adequadas, instrumentos ou recursos técnicos. Ainda, complementam os autores, não há uma preocupação efetiva com as dificuldades da atividade laboral da professora, sob o discurso de que enfrenta a rudeza de seu cotidiano por vocação, dando uma ideia equivocada de que todas as demais docentes que não

sacrificarem sua vida pessoal, que não se submeterem a uma sofrível experiência de cabeça erguida estão equivocadas e, de certo modo, não honram a profissão.

Além da apontada feminização, a atividade docente vive uma tendência de precarização, conforme ressalta Nóvoa (1995, p. 15), ao descrever alguns paradoxos dessa profissão. O primeiro paradoxo é o excesso das missões da escola, o excesso de exigência da sociedade e a falta de prestígio da profissão. O segundo paradoxo refere-se à proposta de professores reflexivos e, ao mesmo tempo, a inexistência de condições de trabalho concretas, isto é, condições de tempo, a matéria-prima e o desenvolvimento profissional que possam, de fato, alimentar a idéia de professores reflexivos. O último paradoxo refere-se ao fato de que as escolas continuam a ser vistas como um agrupamento de salas de aula e como um lugar onde se presta um serviço a alguém, ao invés de um lugar onde se institui a sociedade, a cultura, onde nos constituímos como pessoas.

Todas essas questões reforçam o lado perverso que as questões de gênero estabelecem sobre o trabalho docente, pois, de um lado, esclarecem Dametto e Esquinsani (2015, p. 154), reforçam a primazia feminina na atividade da docência e, de outro lado, indicam uma face ainda mais contundente: "a mulher está, dada sua condição física e sua posição social, no seu cotidiano pessoal e na escola, mais vulnerável à violência, sendo alvo preferencial das agressões".

O momento exige ressignificar teorias e práticas à luz das relações de gênero e de suas articulações com o processo educativo, buscando questionar os valores, os conhecimentos e os códigos dominantes. Assim, é necessário desnaturalizar o discurso relativamente consensual acerca da docência feminina e da compreensão distorcida da tarefa profissional da professora. Essa análise requer a compreensão da divisão sexual do trabalho para efetiva reflexão sobre os aspectos contraditórios geradores de tal processo, consoante será exposto na próxima seção.

## **2 Divisão sexual do trabalho no magistério**

A divisão sexual do trabalho dá sustentação não apenas à separação fundamental entre trabalho produtivo pago e trabalho doméstico e reprodutivo não pago, mas, igualmente, estrutura a divisão no âmbito do trabalho pago entre atividades essencialmente femininas, socialmente menos valorizadas, e as atividades masculinas, com maior reconhecimento e remuneração. Essa é a lógica que se verifica na feminização do trabalho no magistério do ensino básico no Brasil, pois se considera que a predominância de mulheres nessa ocupação

acaba por representar uma extensão do papel tradicional de gênero vinculado às mulheres, ou seja, a função materna.

Importante esclarecer que no presente trabalho gênero é empregado sob uma perspectiva social, histórica e cultural não restrita, portanto, apenas ao aspecto da diferença sexual, conferindo-se ênfase às significações atribuídas às relações de gênero em determinados contextos sócio-históricos pelas estruturas de poder.

A feminização e a precarização da atividade docente que se busca evidenciar neste trabalho não é um processo natural com gênese simplesmente no processo histórico. Decorre da lógica das relações de poder - que engendram os parâmetros sociais, econômicos e políticos de acordo com uma racionalidade androcêntrica - constitutiva dos próprios sujeitos, representada pela divisão sexual do trabalho no aspecto específico das ocupações.

Diante disso, em uma perspectiva feminista, conforme definição elaborada por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Nos termos da teoria proposta pelas autoras, (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 599), são dois os princípios basilares da divisão sexual do trabalho: o *princípio da separação*, segundo o qual existem trabalhos específicos destinados ao sexo masculino e outros ao sexo feminino; e o *princípio da hierarquização* que consiste na afirmação de que o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher.

Nessa estrutura androcêntrica, conforme crítica de Aldacy Rachid Coutinho (2000, p. 14), os homens ocupam um lugar de primazia na divisão social do trabalho, uma vez que a eles são destinadas as atividades intelectuais ou de capital intensivo. Às mulheres restam, prioritariamente, as atividades de reprodução e as atividades produtivas rotinizadas, de menor qualificação, remuneração e prestígio social, gerando formas de exploração, dominação e opressão tipicamente sexista.

Diante disso, há uma tendência de atribuir-se um *status* social secundário às atividades produtivas e reprodutivas das mulheres. De acordo com essa lógica, "as profissões feminizadas, que guardam alguma similitude com as tarefas domésticas e com o papel da mulher na família, como enfermeiras, professoras e secretárias, são socialmente desvalorizadas e mal remuneradas" (GOSDAL, 2006, p. 307).

Correlacionada à composição sexuada está a precarização do trabalho, conforme defende por Helena Hirata (2009, p. 25). Segundo a autora (HIRATA, 2009, p.28), há uma distribuição por sexo da maioria dos empregos precários, uma vez que as mulheres são o maior contingente de trabalhadores em empregos instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente, nos quais as possibilidades de promoção e de carreira são quase nulas e os direitos sociais atinentes são limitados ou inexistentes.

Nesses termos, articula-se precarização com a reprodução de determinados padrões androcêntricos das relações de gênero na docência, relacionados ao suposto papel social da mulher. A feminização do magistério no ensino básico sedimenta, conforme ressaltam Brito *et al* (2012, p. 322):

[...] um tipo específico de saber-fazer considerado como próprio da condição feminina, uma vez que, socialmente, as mulheres são consideradas as guardiãs da afetividade e do futuro das novas gerações. Ou seja, a produção de uma prática em que a afetividade é associada aos atributos maternos e não uma característica provavelmente condizente à atividade docente.

Como consequência, Vianna (2001, p. 90) destaca que a feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola.

Diante desse cenário, o adoecimento mental de docentes não é uma infeliz coincidência, mas decorre da estrutura opressora e exploratória da atividade, na qual a possibilidade de realização da mulher pela contribuição da sua atividade laboral é quase nula.

O acúmulo de atividades produtiva e não produtiva, em uma dupla jornada extenuante, a baixa remuneração, a falta de estrutura para o desempenho da atividade laboral, a imposição da postura de professora-mãe, a falta de investimento para ascensão na carreira, a desvalorização social da profissão, a violência nas escolas, são apenas alguns exemplos do sofrimento que o real do trabalho impõe nessa profissão.

### **3 Adoecimento mental de docentes**

A relação entre o trabalho docente, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o possível adoecimento mental constitui um desafio e uma necessidade para se entender o processo saúde-doença dessa profissão. O adoecimento da categoria docente surge como uma saída socialmente aceitável para a superação da impotência e da frustração profissional e como maneira de expressar silenciosamente o sofrimento vivenciado, no qual não aparecem as condições de trabalho e as limitações as quais o professor é exposto.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada pela Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, destinado a pesquisas relacionadas à segurança e saúde no Trabalho, aponta que no triênio 2013-2015 a rede estadual de ensino de São Paulo concedeu uma média de 372 licenças médicas por dia a professores, sendo que 27% dos casos de afastamento referem-se a transtornos mentais<sup>4</sup>.

Esses profissionais, ressaltam Souza e Leite (2011, p. 1116), são mais suscetíveis a transtornos mentais, como a síndrome de *bornout* (síndrome do esgotamento profissional), movidos pela crença da educação transformadora, diante do descompasso entre as expectativas profissionais e a impossibilidade de alcançá-las. Da mesma forma, as referidas autoras destacam que as expectativas sociais e dos dirigentes do sistema educacional "para que os professores tenham um desempenho que seja capaz de superar as diversidades culturais e sociais, sem lhes dar condições para atingi-lo, contribuem para gerar ansiedade, estresse e acabam por levar ao *burnout*" (SOUZA; LEITE, 2011, p. 1116).

O estudo realizado por Diniz (1998, p. 203) sobre o sofrimento de mulheres professoras das séries iniciais do ensino fundamental revela a vivência de um profundo mal-estar:

Na escola, as professoras se queixam das condições de trabalho, dos alunos, do salário. Mas nos consultórios, para os médicos que lhes concedem licenças para tratamento de saúde, as queixas e sintomas apresentados mais frequentemente são outros: "diarréia, pressão alta, vômito, dores na nuca, na cabeça, na coluna, nas costas, dormência nas mãos, irritabilidade, choro fácil, depressão, ansiedade, insônia.

As professoras queixam-se de que sofrem e adoecem. Quando adoecem, afastam-se da sala de aula e, às vezes, definitivamente, da escola. O adoecimento mental não é tolerado, uma vez que a escola é considerada o local da estabilidade, do controle, da transparência, da não-contradição. São obrigadas a permanecer e aguentar, convivendo com o sofrimento patológico, e com tudo que ele desencadeia.

Nesse sentido, Brito *et al* (2012, p. 323) apontam algumas formas de desenvolvimento reativos de professoras frente ao sofrimento e contra doenças mentais:

Encontramos professoras que exercitam diariamente novas formas de lidar com os limites e as dificuldades da docência ao elaborarem modos de regulação das variabilidades inerentes à sua atividade, fazendo com que escolas, sem recursos de toda ordem, mantenham-se, sobretudo, em função da criatividade de suas docentes. Ou seja, exercitam ações propositivas de luta permanente pela afirmação de si, de sua potência de vida, pela realização de seu trabalho e de prazer e pela busca de sua saúde. Quanto à dimensão do prazer no trabalho, ele é facilmente evocado pelas

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://fepesp.org.br/artigos/centenas-de-professores-sao-afastados-por-transtorno-mental>>. Acesso em 23 de maio de 2018.



docentes, sobretudo na relação afetiva que estabelecem com os alunos e no fato de conceberem e perceberem os resultados de seu trabalho na formação deles. Remetem-se, assim, principalmente, à dimensão afetiva existente na relação educativa, o que não deixa de configurar atitude paradoxal, em que amor e saturação emocional em relação aos alunos se impõem simultaneamente e sob conflito.

Somada a essa ausência de condições dentro da profissão está a dupla jornada, uma vez que as professoras ainda devem arcar sozinhas com as demandas cotidianas do trabalho doméstico, vinculada às restrições orçamentárias do segmentos da sociedade a que pertencem em sua maioria. De certa forma, essa constatação explica o cansaço expresso ao gerar constrangimentos do tempo diferentes para homens e mulheres. Nesse aspecto, a divisão sexual do trabalho tem implicações diferenciadas na saúde de homens e mulheres em termos de maior ou menor margem de tolerância ao meio decorrente do acúmulo de atividades.

Embora a atividade docente apresente fatores de risco para adoecimento mental indistintamente, Souza e Leite (2011, p. 1109) ressaltam que, em razão do maior contingente da categoria ser do sexo feminino, "devem ser ressaltados, em particular, os efeitos desse estresse na saúde das mulheres, como amenorréia, tensão pré-menstrual, cefaléia, melancolia climatérica, frigidez, anorexia, bulimia, neurose de ansiedade e psicose depressiva".

Nesses termos, constata-se que a ausência de reconhecimento social do trabalho docente - expressivo, por exemplo, na baixa remuneração e falta de investimento -, o acúmulo pelas mulheres da atividade produtiva e reprodutiva (não remunerada), em uma dupla jornada extenuante, a violência nas escolas e a exigência da figura de professora-mãe, impossibilita a construção do sentido no trabalho e, conseqüentemente, de construção da subjetividade saudável, dando ensejo ao sofrimento patológico.

## **Conclusões**

As mulheres estão em maior proporção nos anos iniciais da educação de uma criança relacionado a uma estrutura que prestigia o papel de educadora e mãe. Uma estratégia que mascara a intenção de atender à demanda crescente da educação prestada pelo Estado à classe trabalhadora a um baixo custo, bem como de reproduzir os padrões androcêntricos que fundamentam a divisão sexual do trabalho.

Como um processo natural, atrelado a uma suposta vocação de ensinar crianças, verificou-se a feminização da educação básica, sob o manto de um discurso reprodutor da

lógica androcêntrica de que a atividade docente era perfeitamente adequada ao seu gênero, considerando o seu papel reprodutivo na sociedade.

Socialmente menos valorizadas, por se tratar de atividade tipicamente feminina, a atividade docente também vivencia a precarização da profissão, caracterizada não apenas pela baixa remuneração, mas, igualmente, o desestímulo à atualização, especialização, progressão e permanência na carreira, inexistência de condições de trabalho concretas, a violência nas escolas e a exigência da personificação da figura da mulher-mãe-professora.

Nesse sentido, a feminização e a precarização da atividade docente decorrem da lógica das relações de poder que engendram os parâmetros sociais, econômicos e políticos de acordo com uma racionalidade androcêntrica, constitutiva dos próprios sujeitos, representada pela divisão sexual do trabalho no aspecto específico das ocupações. Pode-se afirmar que o *sexo da docência* articula-se com a reprodução de determinados padrões androcêtricos relacionados ao suposto papel social da mulher, ou seja, a atividade produtiva (de menor hierarquia e prestígio social) e reprodutiva (não remunerada, ligada aos cuidados domésticos).

Nesse contexto, o adoecimento mental de docentes é consequência de uma estrutura opressora e exploratória da atividade, na qual a possibilidade de realização da mulher pela contribuição da sua atividade laboral é praticamente inexistente. O adoecimento mental da categoria docente apresenta-se como uma tentativa de superação da impotência e da frustração profissional e como maneira de expressar silenciosamente o sofrimento vivenciado.

O momento exige ressignificar as relações de gênero e suas articulações com o processo educativo, buscando questionar os valores, os conhecimentos e os códigos dominantes. É necessário ultrapassar esses padrões relacionados a dados naturalizantes e buscar a diversidade caracterizadora da identidade docente considerando o cotidiano escolar e as constrições que o real do trabalho impõe ao profissional dessa área.

A elevada prevalência de transtornos mentais em professoras destacada neste estudo e sua associação aos fatores investigados apontam para a necessidade de ações que melhorem as condições de trabalho no magistério da educação básica. Dentre elas, destaca-se a promoção de espaços de discussão entre docentes e gestores com vistas a subsidiar políticas que forneçam condições favoráveis ao exercício da docência, incluindo as questões relacionadas à autonomia, à criatividade e à disponibilidade de recursos materiais.

A escola precisa ser um lugar de vida e de crescimento e construção, mesmo que com suas diferenças e paradoxos, sem ser produtora de um adoecimento e ou do sofrimento pela intensidade do que tem que ser suportável.

## Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX.** In: SAVIANI, Dermeval et al (coord). *O legado educacional do século XIX.* Campinas: Autores Associados, 2006.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: Por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRITO, Jussara Cruz de et al. **Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero.** *Revista Brasileira de Saúde ocupacional*, n. 37 (126), São Paulo, 2012, p. 316-329.
- CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais.** VI Seminário da REDESTRADO - *Regulação Educacional e Trabalho Docente.* Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/trajetoria\\_de\\_feminizacao.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf). Acesso em 24 de maio de 2018.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. **Relações de gênero no mercado de trabalho: uma abordagem da discriminação positiva e inversa.** *Revista da Faculdade de Direito da UFPR.* V. 34. Curitiba: 2000, p.13-34. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1826>>. Acesso em 24 de maio de 2018.
- DAMETTO, Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **Mãe, mulher... professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea.** *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.* Maringá, v. 37, n. 2, July-Dec. 2015, p. 149-155. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/27127>>. Acesso em 24 de maio de 2018.
- DINIZ, Margareth. **De que sofrem as mulheres-professoras?** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *A psicanálise escuta a educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GOSDAL, Thereza Cristina. **Discriminação da mulher no emprego: relações de gênero no Direito do Trabalho.** Curitiba: Genesis, 2003.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.132, set/dez. 2007, p. 595-609. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em 24 de maio de 2018.
- HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** *Sociologias*, ano 11. n. 21, Porto Alegre, jan/jun 2009, p. 24-41. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100003)>. Acesso em 24 de maio de 2018.
- LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: *História das mulheres no Brasil.* DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 371-403.
- NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil.** *Educ. Soc.*, v. 32, n.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Universidade Estadual de Londrina  
13 a 15 de junho de 2018  
ISSN 2177-8248

117, Campinas, out.-dez. 2011, p. 1105-1121. Disponível em <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em 25 de maio de 2018.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** *Cadernos Pagu*, (17/18) 2001/02: p.81-103. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100003&script=sci\\_abstract&tlng=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100003&script=sci_abstract&tlng=PT)>. Acesso em 24 de maio de 2018.